

Cristiana Barcelos da Silva

A educação especial na formação inicial do profissional de educação infantil em Campos dos Goytacazes



Cristiana Barcelos da Silva

A educação especial na formação inicial

do profissional
de educação
infantil

em Campos
dos Goytacazes



Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados

Copyright do texto © 2019 a autora

Copyright da edição © 2019 Pimenta Cultural

Esta obra é licenciada por uma *Licença Creative Commons: by-nc-nd*. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural pelo autor para esta obra. Qualquer parte ou a totalidade do conteúdo desta publicação pode ser reproduzida ou compartilhada. O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade do autor, não representando a posição oficial da Pimenta Cultural.

Comissão Editorial Científica

Alaim Souza Neto, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Alexandre Antonio Timbane, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil
Alexandre Silva Santos Filho, Universidade Federal do Pará, Brasil
Aline Corso, Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves, Brasil
André Gobbo, Universidade Federal de Santa Catarina e Faculdade Avantis, Brasil
Andressa Wiebusch, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Andreza Regina Lopes da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Angela Maria Farah, Centro Universitário de União da Vitória, Brasil
Anísio Batista Pereira, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Arthur Vianna Ferreira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Beatriz Braga Bezerra, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Bernadette Beber, Faculdade Avantis, Brasil
Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil
Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Cleonice de Fátima Martins, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Daniele Cristine Rodrigues, Universidade de São Paulo, Brasil
Dayse Sampaio Lopes Borges, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil
Delton Aparecido Felipe, Universidade Estadual do Paraná, Brasil
Dorama de Miranda Carvalho, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Elena Maria Mallmann, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Elisiane Borges leal, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Elizabeth de Paula Pacheco, Instituto Federal de Goiás, Brasil
Emanuel Cesar Pires Assis, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
Francisca de Assiz Carvalho, Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil
Gracy Cristina Astolpho Duarte, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Handerson Leylton Costa Damasceno, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Heloisa Candello, IBM Research Brazil, IBM BRASIL, Brasil
Inara Antunes Vieira Willerding, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Jacqueline de Castro Rimá, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Jeane Carla Oliveira de Melo, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Brasil





Jeronimo Becker Flores, Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Joelson Alves Onofre, Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil
Joselia Maria Neves, Portugal, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
Júlia Carolina da Costa Santos, Universidade Estadual do Maro Grosso do Sul, Brasil
Juliana da Silva Paiva, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, Brasil
Kamil Giglio, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Laionel Vieira da Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Lidia Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal
Ligia Stella Baptista Correia, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Luan Gomes dos Santos de Oliveira, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Lucas Rodrigues Lopes, Faculdade de Tecnologia de Mogi Mirim, Brasil
Luciene Correia Santos de Oliveira Luz, Universidade Federal de Goiás; Instituto Federal de Goiás., Brasil

Lucimara Rett, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Marcio Bernardino Sirino, Universidade Castelo Branco, Brasil
Marcio Duarte, Faculdades FACCAT, Brasil
Marcos dos Reis Batista, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil
Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Maribel Santos Miranda-Pinto, Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal
Marília Matos Gonçalves, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Marina A. E. Negri, Universidade de São Paulo, Brasil
Marta Cristina Goulart Braga, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Michele Marcelo Silva Bortolai, Universidade de São Paulo, Brasil
Miderson Maia, Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Biegging, Universidade de São Paulo, Brasil
Patricia Flavia Mota, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Patricia Mara de Carvalho Costa Leite, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Patrícia Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal
Ramofly Ramofly Bicalho, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Rarielle Rodrigues Lima, Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Raul Inácio Busarello, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Ricardo Luiz de Bittencourt, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil
Rita Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal
Rosane de Fatima Antunes Obregon, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Samuel Pompeo, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Tadeu João Ribeiro Baptista, Universidade Federal de Goiás, Brasil

Tarcísio Vanzin, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Thais Karina Souza do Nascimento, Universidade Federal Do Pará, Brasil
Thiago Barbosa Soares, Instituto Federal Fluminense, Brasil
Valdemar Valente Júnior, Universidade Castelo Branco, Brasil
Vania Ribas Ulbricht, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Wellton da Silva de Fátima, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Wilder Kleber Fernandes de Santana, Universidade Federal da Paraíba, Brasil





Direção Editorial Patricia Biegling
Raul Inácio Busarello

Diretor de sistemas Marcelo Eyng

Diretor de criação Raul Inácio Busarello

Assistente de arte Ligia Andrade Machado

Editoração eletrônica

Imagens da capa Designed by Freepik

Editora executiva Patricia Biegling

Revisão Autora

Autora Cristiana Barcelos da Silva



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



S586a Silva, Cristiana Barcelos da -
A educação especial na formação inicial do profissional
de educação infantil em Campos dos Goytacazes.
Cristiana Barcelos da Silva. São Paulo: Pimenta Cultural,
2019. 30p..

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-85-7221-063-8 (eBook)



1. Educação. 2. Educação especial. 3. Educação infantil.
4. Docência. 5. Formação de professores. I. Silva, Cristiana
Barcelos da. II. Título.

CDU: 371.13
CDD: 371

DOI: 10.31560/pimentacultural/2019.638



PIMENTA CULTURAL
São Paulo - SP
Telefone: +55 (11) 96766-2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



2019



A educação é o processo pelo qual o indivíduo desenvolve a condição humana, com todos os seus poderes funcionando com harmonia e completa, em relação à natureza e à sociedade. Além do mais, era o mesmo processo pelo qual a humanidade, como um todo, se elevando do plano animal e continuaria a se desenvolver até sua condição atual. Implica tanto a evolução individual quanto a universal.

FROEBEL



AGRADECIMENTOS

Ao Deus a quem continuamente sirvo, amo e adoro: Aquele que honra, sustenta, superprotege e realiza milagres todos os dias!!!

À lindeza da minha amada mãe Edilene, pelo amor adimensional, incontáveis orações, infinitos conselhos e gigantesco suporte motivacional nos estudos.

Ao meu pai Joilson pela superproteção, plantões ininterruptos nos momentos de apuros, assessoria paterna para assuntos diversos, conselhos, incentivos e gargalhadas sem fim...

Agradeço imensamente a minha irmã Michele pelo amor incondicional, pelas sugestões e parceria diária.

À vovó Rita pela experiência, sorriso, ensinamentos, alimentação e a todos os meus familiares que direta ou indiretamente me ajudaram orando, torcendo, alimentado, zelando e mimando.

Ao meu esposo Carlos Renato pelo incentivo e compreensão. Sempre pacífico e tranquilo.

Soberano Deus e estimada família, eu poderia viver mil anos e nunca retribuiria a felicidade que fazem brotar todos os dias em meu coração!

SUMÁRIO

PREFÁCIO 8

INTRODUÇÃO 9

Capítulo 1
EDUCAÇÃO ESPECIAL E FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL 10

Capítulo 2
RAÍZES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL..... 15

Capítulo 3
EDUCAÇÃO ESPECIAL E FORMAÇÃO INICIAL
PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL:
O QUE PENSAM AS FORMADORAS 18

Por que, e há quanto tempo trabalha com
formação de professores? 22

O que pensa a respeito da Educação Especial
na formação do profissional da Educação Infantil
em termos de importância? 23

CONCLUSÃO 26

REFERÊNCIAS 28

SOBRE A AUTORA..... 30



PREFÁCIO

Para se falar de Educação Especial e formação de professores é preciso ter presente, não apenas os determinantes históricos, educacionais e as exigências legais, mas, sobretudo as concepções que as inspiraram e os resultados dessas concepções. A autora da pesquisa descrita nesta obra tem a intenção de trazer ideias e suscitar reflexões e questionamentos que estimulem o debate a respeito da Educação Especial atrelada a Educação Infantil e, sobretudo, da formação do professor da Educação Infantil.

A pesquisadora tenta destacar e compreender, através de uma discussão histórica dos movimentos pedagógicos e de uma abordagem predominantemente qualitativa de construção de dados e compreensão da realidade, a trajetória histórica da Educação Especial, as concepções de Educação Infantil e o perfil profissional do professor de Educação Infantil, a luz do pensamento de quem está próximo e de certa forma influencia na formação inicial: o professor formador.

Prof^ª. Dr^ª. Liéte de Oliveira Accácio

DOI: 10.31560/pimentacultural/2019.638.8

INTRODUÇÃO

A intenção desse trabalho é contribuir para o estudo da formação de professores, sobretudo daqueles que trabalham na educação da criança de até cinco anos de idade, pretendendo se somar na construção de uma consistência de trabalhos e pesquisas ainda incipiente, mas, também, premente.

Reforça que as lutas por uma Educação Infantil de qualidade e por uma Formação Inicial de seus profissionais também de qualidade são do povo brasileiro. O momento histórico concreto atual caracteriza-se como de luta e resistência contra as políticas predatórias em todos os campos da vida em sociedade. Por conta disso, ao fazer uma análise de nossa educação básica e de nosso processo atual de formação de professores, identifiquei nas propostas em discussão pelos educadores infantis e estudiosos da área, elementos de aproximação com a educação e a sociedade que tanto queremos.

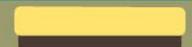
É notório que ainda há muitas perguntas e desafios, para a Educação Infantil e para a formação de seus profissionais. Um deles é a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, sobretudo, as que se configuram como público alvo da Educação Especial.





1

**Educação especial
e formação
de professores
para atuar
na Educação Infantil**





No contexto mundial a história da Educação Especial (EE) foi traçada no século XVI com médicos e pedagogos de vários países que desafiaram os conceitos da época acreditando na possibilidade de aprendizagem dos até então considerados ineducáveis (MENDES, 1995).

Se tratando de Educação Especial, como ilustra Bueno (2011), o primeiro educador foi o monge beneditino Pedro Ponce, que no século XVI educou crianças surdas. No século seguinte, outros se responsabilizaram pela EE de crianças surdas em países como Espanha, Inglaterra, Itália, Holanda e Alemanha.

Os pesquisadores Mendes (2006) e Bueno (1993) consideram o século XVIII como marco definitivo no esforço da sociedade moderna no sentido de proporcionar uma EE compatível com as necessidades das crianças. No período surgiram as primeiras escolas públicas para deficientes visuais e surdos em Paris, Espanha e Alemanha fundamentadas no ensino de instruções básicas e em trabalhos manuais.

Para Pazianotto (2012) após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os movimentos sociais em defesa dos direitos foram intensificados no século XX, sobretudo, nas décadas de 60 e 70. Criou-se uma proposta de integração escolar que apontava para a promoção de meios mais adequados para o atendimento das necessidades dos estudantes, favorecendo o desenvolvimento e reconhecendo que as pessoas com necessidades especiais tinham o direito de conviver socialmente. Abordava-se atrelada a integração a normalização como direito de experienciar em estilo ou padrão de vida comum ou normal em sua cultura, tendo oportunidades de participar de todas as atividades partilhadas por grupos de idades equivalentes. Após adesão deste princípio, por vários países, a partir da década de 70, as escolas comuns passaram a aceitar crianças e adolescentes deficientes em classes comuns ou pelo menos em classes especiais.





Outros países modificaram seus sistemas de ensino e discutiram a respeito da necessidade de mudanças educacionais como, por exemplo, a Conferência Mundial sobre as Ações e Estratégias para a Educação, Prevenção e Integração dos Impedidos, realizada na Espanha em 1981, quando se buscou-se enfatizar a igualdade de oportunidades de educação, lazer e trabalho para todos. A EE no Brasil, influenciada pelos movimentos mundiais, foi dividida segundo Mazzotta (1996) em três diferentes períodos: i) de 1854 a 1956 que se referiu às iniciativas oficiais e particulares; ii) de 1957 a 1993 definido por iniciativas de âmbito nacional e; iii) a partir de 1993, caracterizado por movimentos em favor da inclusão escolar.

Quanto ao primeiro período, de acordo com os estudos de Kassar (1999) o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais teve início no Império. O período foi marcado pela fundação de dois institutos na cidade do Rio de Janeiro: em 1854 o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (posteriormente chamado de Instituto Benjamin Constant) e o Instituto dos Surdos-Mudos em 1857 - denominado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). A Constituição Federal (CF) de 1946 tratou da assistência educacional aos alunos necessitados, novos institutos foram criados como a Sociedade Pestalozzi no Brasil (1945), a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (1954), e a Associação de Assistência a Criança Defeituosa (1950).

No que se refere ao segundo período, no ano de 1957 o atendimento educacional aos indivíduos com necessidades educacionais especiais foi assumido pelo governo federal através da criação de campanhas. A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) n.4.024 promulgada em 1961 trata da educação de excepcionais enquadrada no sistema geral de educação. Na década seguinte a Lei de Diretrizes e Bases n.5.692 se reporta ao tratamento especial aos alunos com deficiências físicas ou mentais. Outros dados históricos foram trazidos por Jannuzzi (2006) que afirmou



que em 1986 foi criada a Secretaria de Educação Especial (SEE) e Miranda (2008) que destacou o princípio da integração escolar em 1988 como preceito constitucional que preconizou: 1) o atendimento aos indivíduos que apresentavam deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, estabelecendo a EE; 2) o direito de todos à educação, garantindo o atendimento educacional de pessoas com necessidades educacionais especiais; 3) a promulgação de outros instrumentos legais de proteção aos direitos das crianças como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Após a Conferência Mundial sobre Educação Especial, que ocorreu em Salamanca, na Espanha em 1994, onde fora elaborado o documento Declaração de Salamanca e a Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais o terceiro período no Brasil foi marcado pela LDBEN n.9.394/96 que reservou um capítulo inteiro para EE entendendo-a como modalidade de educação escolar, ofertada preferencialmente na rede regular para portadores de necessidades especiais. O disposto legal se referiu à formação de professores (BRASIL, 1996).

Por sua vez em 1993 a Política Nacional de Educação Especial (PNEE) fundamentou e orientou o processo global da educação de pessoas portadoras de deficiências, de condutas típicas e altas habilidades. A partir dela a criança passou a ter oportunidade do atendimento educacional especializado e inclusão escolar teve início na Educação Infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. A SEE se torna *Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão*, que se responsabiliza pela Educação Especial no país. Para enfatizar a PNEE o Ministério da Educação (MEC), através no parecer CNE/CEB n. 17/01 focalizou algumas propostas para a EE apontando como uma delas a Inclusão de Itens ou Disciplina acerca dos Portadores de Necessidades Especiais nos currículos dos cursos de 1º e 2º



graus. Apontou também como alguns dos entraves a Formação de Professores para que o sistema de ensino se tornasse inclusivo. Nesta perspectiva, a Resolução CNE/CP nº1/2002 veio para estabelecer Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, definindo que as Instituições de Ensino Superior, em seus cursos, deviam prever em sua organização curricular, uma formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais desde a Educação Infantil (MAZZOTTA, 1993).



Raízes Históricas da Educação Infantil





A educação da criança em seus primeiros anos de vida é uma preocupação bastante antiga. Dentre os *gregos*, cabiam às mulheres educar, ou melhor, criar os filhos até que as crianças completassem sete anos. Após essa idade, os meninos eram entregues ao Estado e as meninas permaneciam em casa onde lhes eram ensinadas as tarefas domésticas. Em *Roma*, não era diferente, também a educação familiar era instrumento de formação dos futuros cidadãos, sendo as mães responsáveis por essa educação. Em ambos os casos, tratava-se de uma educação informal e não-sistematizada (DROEUT, 1990).

A Segunda Guerra Mundial é considerada por Kramer (1987, p.27), uma das razões responsáveis pela expansão do atendimento à criança. Se por um lado, as mães precisavam trabalhar em indústrias bélicas substituindo o trabalho masculino, por outro a ausência do pai era notória devido sua convocação para guerra. Esses fatores provocaram um novo impulso ao atendimento à criança pequena, no sentido de lidar com as necessidades emocionais e sociais da criança que passavam por situações antes desconhecidas. O pesquisador Fonseca (2004) resumiu em poucas palavras que duas foram as razões que fizeram com que no mundo, de forma geral, se expandisse e florescesse a Educação Infantil: as transformações no mundo do trabalho e a evolução das ciências médicas e pedagógicas.

No Brasil, o surgimento das creches foi um pouco diferente do restante do mundo e diferente também da pré-escola, que plantou suas raízes históricas no quintal das políticas públicas ligadas à educação. Enquanto que no mundo a creche servia para as mulheres terem condições de trabalhar nas indústrias, no Brasil, as creches populares serviam para atender não somente os filhos das mães que trabalhavam na indústria, mas também, em sua maioria, os filhos das empregadas domésticas. Percebe-se, então, historicamente construída a questão da assistência social em relação à criança pequena, que se exemplifica, segundo a história social da criança no Brasil, na criação de um lugar para salvar a criança



da morte, denominada Casa dos Expostos ou Roda, mas, que na verdade fez aumentar ainda mais o índice de mortalidade infantil (KUHLMANN JR, 1998).

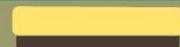
Dentre os marcos históricos, no Brasil, a Abolição da Escravatura (1889) e a Proclamação da República (1889), foram alguns dos fatores responsáveis por abrirem as portas para um novo modelo de sociedade, impregnada de ideias capitalistas e urbano-industriais. No campo da educação, a influência desse novo modelo social, fez emergir uma concepção que defendia uma instituição com vistas a um viés assistencialista e outra como direito educacional (KRAMER, 1987).

Segundo Leite Filho (2001), para se efetivar o direito, faz-se necessário, que nos dediquemos a reconstruir as concepções de infância, de atendimento e de formação inicial de profissionais que reorientem as práticas na Educação Infantil (EI). Não há mais lugar para o assistencialismo, portanto a própria Lei maior de educação, a Lei 9.394/96 em seu artigo 29, atribuiu ao atendimento da Educação Infantil o caráter educacional, dizendo que a Educação Infantil, “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).





**Educação Especial
e Formação Inicial
para professores de
Educação Infantil:
o que pensam as
formadoras**



Nesta parte apresento a pesquisa de campo realizada com os professores do curso de formação de professores e a respectivas análises dos resultados. Utilizei como recurso metodológico à aplicação de um questionário aberto.

A pesquisa foi realizada para entender o que professores atuantes em um curso de Licenciatura em Pedagogia pensavam a respeito da EE na formação do profissional de Educação Infantil. A instituição analisada foi o Instituto de Educação Superior Professor Aldo Muylaert, localizado em Campos dos Goytacazes (Estado do Rio de Janeiro).

A priori, a comunidade investigativa destinada a preencher os questionários seriam apenas as professoras que lecionavam na licenciatura em Pedagogia, contudo, após sua aplicação de maneira escrita e individualizada, e por meio de conversas informais com os atores principais desta pesquisa, percebi que cerca de 40% do universo deles, lecionavam também no Curso Normal Médio desta instituição.

Ressalto que a escolha do curso e da instituição se deu devido à habilitação profissional uma vez que os egressos podem receber estudantes público alvo da EE e atuarem também na Educação Infantil. Diversos estudos têm apontado à importância da investigação de aspectos relativos à formação docente, uma vez que "(...) falar de carreira docente não é mais do que reconhecer que os professores, do ponto de vista do 'aprender a ensinar' passam por diferentes etapas, as quais representam exigências pessoais, profissionais e organizacionais, contextuais, psicológicas, etc., específicas e diferenciadas". Nesse sentido, é que as preocupações norteadoras das pesquisas sobre formação de professores têm se ampliado cada vez mais, girando, não apenas em torno dos cursos de formação e de questões relativas aos futuros professores, mas englobando temáticas relacionadas aos professores que trabalham diretamente nos cursos de formação: os formadores. Essas demandas de pesquisas se explicam, por que nos diferentes momentos de sua





carreira profissional, o professor de forma ampla e geral, enfrenta diferentes necessidades, problemas, expectativas, desafios, dilemas e vai construindo seu conhecimento profissional na experiência como discente (ainda quando aluno), transitando pelo sistema educativo, construindo ao longo de sua trajetória profissional e pessoal, uma determinada visão de educação (GARCIA, 1999, p.12).

Procura-se nesta monografia explorar algumas dimensões da atuação docente a partir da questão básica: o que pensam as professoras sobre o trabalho docente? Tal indagação, mais que um ponto de partida, tornou-se um eixo condutor, na medida em que, assim como Goodson (1992, p.71) também se percebe que “os principais ingredientes que vem faltando nas pesquisas na área de educação é a voz do professor”.

Nessa perspectiva é que, neste trabalho, tenta-se abordar as concepções e opiniões de professores que lecionam no curso Normal Superior do ISEPAM, acerca de alguns aspectos relativos à EE e à EI.

O questionário estruturou-se a partir de 10 questões abertas, elaboradas com a premissa básica de identificar como vem sendo contemplada a formação do profissional de Educação Infantil e o lugar da EE nesse processo. As perguntas do questionário apresentaram inicialmente a finalidade de entender que concepções os professores formadores têm a respeito da temática da EE formação do profissional da Educação Infantil.

Do total de 16 professores formadores no ISEPAM, 63% dos participaram da pesquisa. Perguntou-se aos formadores, há quanto tempo trabalhavam com formação de professores. Os dados mostraram que 10% não responderam a essa indagação, 40% dos professores possuíam até 10 anos de experiência no trabalho docente, 30% até 15 anos, 20% tinham mais de 15 anos e por fim, 70% tinham de 10 a 15 anos de magistério. Quanto à formação





das informantes, 20% declararam ter concluído o Mestrado em Educação, 10% graduação ligado a área de Educação Especial, 70% diz possuir ou estar cursando uma pós-graduação. Perguntamos aos formadores por que trabalham com formação de professores e pudemos perceber, a partir das respostas ao questionário, que 50% das professoras foram trabalhar com formação de professores devido a suas próprias características pessoais (assim descritas pelos informantes: vocação, amor, carinho, afeto, dedicação, identificação e afinidades; gostar), 20% por motivação profissional, 10% por outros motivos e 20% não responderam a pergunta.

Quanto à idade das informantes os dados coletados, a partir da 2ª questão do questionário, mostram que 20% possuíam de 30 a 39, 40% de 40 a 49 e 40% de 50 a 59 anos de idade.

Necessário esclarecer, também que, mediante as respostas obtidas na primeira questão do questionário onde perguntamos o sexo dos informantes, 100% dos professores são do sexo feminino. Pudemos averiguar com esse dado, o processo de feminização da profissão docente, presente no Instituto de Educação Professor Aldo Muylaert. Dimensões históricas do trabalho docente tornaram-se referências para a compreensão da forma como foi assumindo a docência um trabalho majoritariamente feminino. Dessa forma, as transformações políticas, sociais, culturais e econômicas ocorridas no final do século XIX, desencadearam mudanças significativas na configuração do corpo docente. A necessidade de utilização de mão de obra feminina foi determinante para o desencadeamento do processo de feminização no magistério (Ribeiro, 2003). Apple (1987) ao analisar o ensino e o trabalho feminino norte-americano e inglês, identificou vários fatores presentes no processo de feminização do magistério como: a obrigatoriedade do ensino (que demandou a contratação de mestres mais baratos, entres eles, mulheres), a ampliação dos postos de trabalho para homens em outras áreas



e a afirmação das características ditas femininas (como paciência, cuidado, docilidade, resignação, domesticidade etc).

Segundo Ribeiro (2003), no Brasil o ingresso das mulheres no magistério, esteve relacionado à ampliação da escolarização no século XIX. Outros estudos mostraram que:

(...) a convergência das mulheres no magistério não ocorreu somente por interesses estruturais da sociedade e por interesses patriarcais ou porque era 'natural' para as mulheres educar as crianças; ocorreu também porque essa opção foi uma possibilidade de projeção social, política e cultural para as mulheres. Foi um espaço de emancipação conquistado e não simplesmente concedido por uma sociedade masculina (HIPÓLITO, 1994, p.80).

A seguir, apresento as principais perguntas e respostas dadas, reproduzindo os relatos das professoras formadoras. Após, serão feitas algumas breves análises e comentários, a fim de apresentar os resultados.

Por que, e há quanto tempo trabalha com formação de professores?

Os professores apresentaram as respostas a seguir a essa questão, como as mais significativas:

“Trabalho com essa clientela há mais de dez anos, gosto muito, pois são mais interessados” (FORMADORA Nº 3)¹.

“Por que adoro, é muito gratificante, trabalho há mais de 9 anos com formação de professores” (FORMADORA Nº 6).

“Trabalho desde 1989 (20 anos), por que gosto muito” (FORMADORA Nº 9).

“Trabalho desde 1987, portanto 20 anos, por ser minha área” (FORMADORA Nº 1).

1. As informantes foram numeradas a fim de preservar suas identidades.



“Por que tenho paixão em formar. Vejo a profissão docente como prioritária na sociedade. Somos construtores indiretas na formação do indivíduo, avaliamos, orientamos, compartilhamos, etc” (FORMADORA Nº 10).

“Mais de 15 anos. Por que gosto e me especializo para tal” (FORMADORA Nº 2).

Quanto aos fatores que levaram as formadoras trabalharem com a formação de professores, evidenciou-se em sua maioria as características eminentemente pessoais. O que significou que assim como outras profissões, a afinidade aparentou ser bastante determinante na escolha de muitos trabalhos e profissões. É claro, que se tratando da subjetividade humana, sabe-se que as pessoas são influenciadas por outras desde muito novas, independente disso, creio que um importante fator para a melhoria da educação, sobretudo na formação de futuros professores, é a satisfação e o entusiasmo de se fazer o que gosta, possibilitando um fazer sempre melhor. Importante ainda ressaltar o exposto pela formadora 2: “*Mais de 15 anos. Por que gosto e me especializo para tal*”. Percebe-se em sua fala que o gosto, a afinidade e a satisfação, se mostram como pressuposto para especialização e a busca de novos conhecimentos.

O que pensa a respeito da Educação Especial na formação do profissional da Educação Infantil em termos de importância?

Os professores se posicionam da seguinte forma mediante a questão apresentada:

“Muito importante para que os futuros profissionais tenham um olhar atento voltado para o atendimento das necessidades das crianças” (FORMADORA 8).

“Tema de suma importância. Na formação inicial é nossa função tratar e estimular o reconhecimento dos direitos que as crianças têm de conviver com a diversidade” (FORMADORA 7).





“A base para sensibilização e desenvolvimento dos ideias fundamentados na igualdade de oportunidades” (FORMADORA 5).

“É de suma importância, pois um dos objetivos da formação pedagógica é a inclusão. Desde a Educação Infantil” (FORMADORA 4).

“É fundamental para que os pequeninos se socializem e obtenham pré-requisitos básicos para ingressarem no ensino fundamental”. (FORMADORA 6).

“A base de toda educação. Significa a formação para a diversidade”. (FORMADORA 2).

“Fase de extrema importância para o desenvolvimento da pessoa humana. É preciso esclarecer que toda criança tem direito de matrícula na rede regular de ensino”. (FORMADORA 9).

“Totalmente relevante. Toda formação de professores precisa trabalhar esta modalidade de Educação Escolar ” (FORMADORA 10).



A partir dos dados obtidos por meio da estratégia de questionários e das respostas acima, foi possível constatar, que todos os formadores atribuíram à Educação Especial na formação do professor Educação Infantil o grau de educação de grande importância.

Considerou-se, dentre outros aspectos, o atendimentos às necessidades educacionais dos educando e o reconhecimento do direito de conviver com a diversidade social, conforme Pazianotto (2012).

As temáticas referentes à igualdade de oportunidades, a inclusão na Educação Infantil e a premência de formação pedagógica com vistas à diversidade foram identificados e corroboraram com as investigações de Mazzota (1996).

Reforçando as lutas históricas travadas para que ocorresse à inclusão dos alunos com necessidades educacionais, a defesa em prol do direito a matrícula nas redes regulares de ensino emergiu como assunto de suma relevância na visão das formadoras (JANNUZZI, 2006).

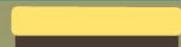


Dialogando com os instrumentos legais brasileiros, as discussões em torno do direito legal a educação e da especificidade da Educação Especial como modalidade escolar (BRASIL, 1996) surgiu na representação dos formadores.





Conclusão





Pretendendo colaborar com as investigações a respeito da relação entre a Educação Especial e a formação de professores, especialmente dos que atuarão na Educação Infantil foi que se propôs a presente investigação.

A guisa de conclusão, percebeu-se que esforços, ao longo da história da humanidade, se materializaram em práticas e documentos oficiais na tentativa de tratar de maneira específica os indivíduos com deficiência. As discussões foram pautadas ora influenciadas pela área médica, ora pelo viés pedagógico. Na mesma direção, embora a Educação Infantil, parecesse uma preocupação social mais antiga -desde a Idade Antiga- também recebeu influência provenientes das ciências médicas e pedagógicas.

A pesquisa de campo realizada em uma instituição formadora na cidade de Campos dos Goytacazes, juntos aos professores que atuavam no curso Pedagogia ofereceu indícios de que os participantes atribuíram uma grande importância à temática da Educação Especial, na Formação Inicial do professor Educação Infantil.

Dos aspectos identificados, o atendimento às crianças com necessidades educacionais, o reconhecimento do direito de conviver com a diversidade social, à igualdade de oportunidades, a inclusão na Educação Infantil e a formação pedagógica para a atuação na diversidade foram apontados.

Outros temas referentes ao público da Educação Especial tais como, o direito a matrícula nas redes regulares de ensino e a especificidade da Educação Especial como modalidade escolar fizeram parte da representação dos docentes.



REFERÊNCIAS

BUENO, José Geraldo Silveira. *Educação Especial Brasileira: integração/ segregação do aluno diferente*. São Paulo: Educ, 1993.

_____. *Educação Especial Brasileira. Questões Conceituais e de Atualidade*. Educ. São Paulo, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9394/96 de 23/12/96- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Brasília: Diário Oficial da União, n. 248 de 23/12/1996.

DROUET, Ruth Caribé da Rocha. *Fundamentos da Educação Pré-Escolar*. São Paulo: Ática, 1990.

FONSECA, J. P. A Educação Infantil. In: MENESES, J.G.C [et al] *Estrutura e Funcionamento da Educação Básica*. São Paulo: Pioneira Thomsom Learning, 2004.

GARCIA, Marcelo. *Formação de Professores: para uma mudança educativa*. Porto: Porto Editora, 1999.

GOODSON, I.F. Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional. In: NÓVOA, Antônio. (org). *Vidas de professores*. Porto: Porto, 1992.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. Papyrus Editora, 1994.

JANNUZZI, Gilberta. *A luta pela educação do deficiente mental no Brasil*. Campinas: Editores Associados, 2006.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. *Deficiência múltipla e educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos*. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

KRAMER, Sonia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

KUHLMANN JR, Moisés. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediações, 1998.

LEITE FILHO, Aristeo. Proposições para uma educação infantil cidadã. In: GARCIA, Regina Leite e LEITE FILHO, Aristeo (orgs). *Em defesa da Educação Infantil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.



MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Trabalho Docente e Formação de Professores de Educação Especial. Temas Básicos de Educação e Ensino. Editora Pedagógica e Universitária Ltda. São Paulo, 1993.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A Radicalização do Debate sobre Inclusão Escolar no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v.11 n. 33 set/dez.2006.

_____. *Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional*, 1995. Tese de Doutorado em Psicologia. Universidade de São Paulo, 1995.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. *Cadernos de História da Educação*, n. 7 – jan./dez. 2008.

PAZIANOTTO, Juliana Tais Bragion. A disciplina de Fundamentos da Educação Especial no curso de Pedagogia, 2012. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Metodista 2012.



SOBRE A AUTORA

Cristiana Barcelos da Silva

Pós-doutoranda, doutora e mestra em Cognição e Linguagem pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF-Brasil) com estágio no exterior na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa (UNL-Portugal) pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (CAPES/PSDE-2017). Especialista em “Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos” (PROEJA) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF-Brasil). Licenciada em Pedagogia pela UENF e em Língua Portuguesa pela Rede Claretiano de Ensino (RCE-Brasil). Membro do banco de avaliadores -BASIS/INEP/MEC, do corpo editorial do periódico Linkscienceplace e revisora deste último. Docente de Educação Superior e investigadora nas seguintes áreas: Evasão Escolar; Educação Especial; Educação Infantil; e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

E-mail: cristianabarcelos@gmail.com



A educação especial na formação inicial do profissional de educação infantil em Campos dos Goytacazes

